

Ano XXVI nº 6715 – 07 de dezembro de 2022

Como atuação de bancos públicos poderia ter evitado recorde de inadimplência no Brasil

A quantidade de empresas inadimplentes no Brasil bateu recorde em 2022. Relatório recente da Serasa Experian mostra crescimento de 8,5% em outubro, na comparação anual, chegando a 6,33 milhões de companhias com operações em atraso. Essa é a maior quantidade já registrada desde o início da série histórica, em 2016.

“Esses números seriam muito menores se houvesse a atuação dos bancos públicos com a oferta de juros a taxas reduzidas, ajudando a gerar emprego e saúde financeira nas empresas”, avalia o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga pontuando que o aumento da inadimplência também reflete a menor capacidade das famílias de pagar contas, por conta da alta de preços.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumido (Peic), encomendada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o índice de famílias endividadas no Brasil chegou a 79,3% em setembro. “O orçamento das famílias de menor renda segue apertado com nível de endividamento alto, bem como os juros elevados, que pioram as despesas financeiras associadas às dívidas em andamento”, destaca trecho do levantamento que observa ainda que 80,3% das famílias que têm renda de até dez salários mínimos estão endividadas – maior patamar já registrado na série histórica da Peic, que teve início em 2010, e a primeira vez com a taxa acima dos 80%.

Fukunaga destaca que, desde 2016, os bancos públicos, especialmente o Banco do Brasil, são cada vez menos utilizados como instrumentos de políticas públicas. “Além de praticar taxas altas na oferta de empréstimos e reduzir a carteira de crédito, se assemelhando aos bancos privados, houve diminuição da atuação nas comunidades distantes, de orçamento voltado para a área social, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, micro empreendedor individual e para as cooperativas de produção”, observa.

O coordenador da CEBB lembra que, atualmente, o BB cobra as mais altas taxas de juros no crédito rotativo do cartão de crédito e a segunda maior taxa de juros do financiamento imobiliário entre os cinco maiores bancos do sistema financeiro do país. Neste grupo, o banco também pratica as maiores taxas para financiamento de capital de giro para pessoas jurídicas, a terceira maior taxa para operação de crédito consignado do INSS e de crédito pessoal.

Fukunaga lembra que, em 2008, diante da crise mundial, o então governo Lula determinou que Caixa e BB baixassem os juros e ampliassem créditos. “Se não fosse essa atuação dos bancos públicos, que colaborou para manter a dinâmica do mercado interno, o Brasil, provavelmente teria quebrado, como vários países. Isso porque, enquanto os bancos privados se retraíam, diminuindo a injeção de crédito na economia, elevando taxas de juros, os bancos públicos injetaram liquidez na economia brasileira”, explica. Representantes do funcionalismo dos bancos públicos Caixa e BB entregaram à equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva documentos, onde solicitam o fortalecimento do papel das empresas como indutoras do desenvolvimento do país.

Governo eleito consegue primeira vitória antes mesmo de Lula assumir o país

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), garantiu o primeiro passo no combate à fome e a sobrevivência das famílias mais pobres: o governo de transição conseguiu aprovar, ontem, 06 de dezembro, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado Federal, a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que garante o Bolsa Família no valor de R\$600,00. Lula só assume o governo no dia 1º de janeiro de 2023.

Promessas não cumpridas - Apesar de ter prometido manter este valor de R\$600,00 no programa social de renda mínima para o ano que vem, o ainda presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou na previsão orçamentária de seu governo, verba para apenas um valor médio de R\$409,00.

A equipe de transição está tendo muito trabalho justamente porque Bolsonaro e o ministro da economia Paulo Guedes cortaram verbas em quase tudo no orçamento do ano que vem, inclusive para o funcionamento básico de universidades, educação fundamental, projetos de habitação popular e programas sociais. O SUS (Sistema Único de Saúde) também sofreu redução nos investimentos, colocando em risco a continuidade de serviços essenciais na área de saúde. Em parte, os cortes são resultado do fracasso da política econômica ultraliberal de Guedes, mas há quem veja também ações de retaliação de Bolsonaro em função da derrota nas eleições de novembro de 2022, no segundo turno.

Um exemplo foi o corte no abastecimento de água potável para a população nordestina pelo Exército brasileiro, deixando milhares de pessoas de baixa renda sem água para consumo próprio.